
RECENSÕES

Recensão de *Allez les Filles*

Christian Baudelot e Roger Establet, 1992, Paris: Ed. du Seuil

Baudelot e Establet, sociólogos da educação, franceses, conhecidos por vários estudos, entre eles sobretudo *L'École Capitalist en France*, concentram a sua atenção, nesta sua última obra *Allez les Filles!* (1992), já não tanto nas divisões de classe social, mas nas divisões de género, procurando fazer sobressair a sua importância para a análise sociológica. Partindo da afirmação de que o século XX é o século da instrução das mulheres, os autores põem em contraste os números de estudantes de ambos os sexos que frequentavam a Universidade no princípio do século e em anos recentes: 642 estudantes do sexo feminino na Universidade em 1900 em toda a França, face a 27000 estudantes masculinos – assim se podendo resumir o trabalho de vários séculos de «civilização ocidental e de nove séculos de universidade» (p. 9) – para, em 1990, passarem as estudantes a serem 520.000, ultrapassando o número de rapazes em 70.000.

O objectivo do estudo é assim mostrar como as raparigas ultrapassaram já os rapazes em todos os níveis do sistema escolar: na escola primária onde sofrem menos reprovações; no ensino técnico onde são expelidas em menor número para a aprendizagem profissional ou para o profissional curto; no liceu, onde obtêm resultados ligeiramente melhores que os pares masculinos; na universidade

onde se apresentam com uma taxa de acesso mais elevada.

Esta movimentação feminina aparece animada de um movimento imparável, dizem os autores: enquanto os rapazes crescem em presença sobretudo nas décadas posteriores à II Guerra Mundial (1,5% entre 1899 e 1938 e 4% entre 1949 e 1983), a expansão feminina é mais regular – 9,5% no ano de 1899 até 1939, e 7% de 1949 a 1983. «Trata-se de um movimento robusto e espontâneo. A modificação progressiva dos planos de curso – que afasta as distinções entre o tipo de ensino oferecido a cada sexo – e as disposições jurídicas – que fazem desaparecer as segregações em prol das escolas mistas – não são senão sintomas: acompanham a evolução mais do que a preparam» (p. 14).

É um movimento tão forte que opera mesmo sobre uma das determinações sociais mais actantes nas sociedades contemporâneas: a de classe social. O que os autores verificam é que em todas as classes sociais se observa uma superioridade numérica das raparigas e que o efeito da origem social é menos acentuada nas raparigas que nos rapazes.

Também constatarem que o diploma feminino deixou de ser visto como um «capital humano de valor doméstico», para se tornar num capital social a ser valorizado no exercício de uma profissão: em 1962, entre as mu-

lheres com um diploma do ensino superior, com idades até 40 anos, metade aproximadamente não exercia uma profissão; em 1985, a taxa de actividade passou a 70% (mas aqui envolvendo mulheres com diploma não exclusivamente do ensino superior), calculando-se que atingiria 78% em 1990.

Está-se a assistir ao fim do antigo regime, que caracterizava as relações entre homens e mulheres? – ao fim da pré-história? Interrogam os dois autores jocosamente, nas primeiras páginas. Dirigir-se-á a nossa sociedade para uma «cultura unisexo», é uma das interrogações que lançam no último capítulo (p. 224)? Constatam, desde logo, que se assiste não apenas a um «facto social» (p. 16) mas a dois: uma progressão espectacular da escolaridade das raparigas e, paralelamente, a manutenção da segregação entre os dois sexos dentro do próprio processo de escolarização.

Os autores sublinham também os efeitos desta escolarização sobre a família, interrogando-se sobre a possível redefinição dos papéis domésticos que esta mudança pareceria exigir. Mas salientam, em paralelo, que este aumento de escolarização não veio alterar dramaticamente a promoção das mulheres. Conhecem-se as desigualdades de salário para quem tem diploma igual, a segregação dos empregos, a dificuldade de promoções. Para além disso, as mulheres têm acumulado as tarefas domésticas com as profissionais. «Os progressos registados depois de 1968, marcam passo na actualidade, quando não se anulam mesmo (p. 16)». Por isso, os autores interrogam-se se os progressos registados pela expansão da escolarização das raparigas vão trazer modificações profundas em todo o sistema económico e regime afectivo que dura

há vários séculos, ou se não se tratará de modificações restritas cujos efeitos seriam apenas o de mudar para mais alto a mesma barreira?

Ao analisarem os processos que contribuíram para transformar o bac francês (correspondente ao 12º ano português) como maioritariamente feminino, em anos recentes, assinalam o percurso histórico deste processo: ser bacharel constituía desde a Idade Média um marco de entrada na vida adulta dos estudos, central na vida dos clérigos; no século XIX, o Estado reformou este nível de estudos, acabando por se transformar numa «barreira cultural e social», já que apenas uma minoria de «homens cultivados» a ele teria acesso (p. 19), mantendo-se como patamar de entrada para as «profissões liberais». Na actualidade, embora o bac se tenha mantido como um «privilegio cultural» (p. 23), deixou de estar inacessível aos elementos femininos. Confrontando explicações que a demografia pode oferecer (e outras, por exemplo a expansão dos serviços educativos), os autores acabam por acentuar que a expansão da presença feminina se deve sobretudo à «energia escolar mais forte das raparigas» – as «raparigas não só foram beneficiárias do aumento dos níveis de escolaridade, foram também as «actoras»» (p. 25).

A obra sublinha como o crescimento de efectivos femininos, no ensino superior, não permite mais pensar como exclusivamente masculinas quaisquer actividades do mundo do trabalho, comprometendo imagens de «monopólio exclusivo e legítimo» (p. 222) aceitáveis até uma data recente. Neste contexto, ressaltam particularmente, na realidade francesa, as «investidas» femininas no ensino superior comercial e na medicina. No entanto, apesar

de o século XX ter realizado a igualdade dos sexos perante o ensino superior, uma lei acabou por impor-se – «a da igualdade escolar na diferença: para os rapazes continuam a «reservar-se» as carreiras... que conduzem ao poder, ao domínio da natureza e aos negócios; e às raparigas, as carreiras «relacionais»... que conduzem à educação, às actividades na área social e à saúde» (p. 217).

Nas conclusões que vão desenrolando, os autores chamam-nos a atenção de que, nesta partida, a escola está em jogo com mais dois parceiros, a família e a empresa. E se a escola republicana permitiu um investimento das raparigas na esfera pública pelo reconhecimento social das suas capacidades, permitiu-lhes em simultâneo uma vivência escolar que as aproximou cada vez mais da experiência de uma cidadania plena, desempenhando um papel inovador por excelência, colocando novos problemas às empresas e à família.

As primeiras, segundo os autores, encontram-se perante um dilema: face ao recrutamento de pessoal qualificado, tendo que «cedo ou tarde reconhecer as exigências da vida familiar» (p. 235), imaginando perfis de remuneração e de carreira em que as interrupções e o trabalho a tempo parcial não sejam penalizados e, em simultâneo, «funcionar com quadros masculinos disponíveis quarenta e oito horas» (p. 237). Às famílias, coloca-se a questão de encontrar um equilíbrio que corresponda à efectiva escolaridade feminina com a sua consequência directa face ao mundo do trabalho e os condicionamentos efectivos a que a vida familiar, o suporte e educação de crianças obrigam. Os autores levantam como hipótese que, se esta nova articulação não é encontrada, pode «imaginar(-se) um

cenário catastrófico», devido a um «efeito perverso do desenvolvimento do individualismo em que a expansão escolar e profissional dos indivíduos poderia no limite engendrar o desaparecimento da sociedade» (p. 238), perceptível nos países industrializados nomeadamente através do problema do abaixamento da fecundidade e do aumento do divórcio e do celibato, etc. Assim, a seguir-se este cenário, «(o dilema consistiria) na escolha entre o tradicionalismo sem *mixité* (coeducação) ou então a *mixité* sem posteridade» (p. 239). A resolução deste dilema não se encontra mais no passado, são irreversíveis as conquistas deste século no que refere à educação e ao reconhecimento das competências femininas. Sem uma política ambiciosa de apoio à infância, sem a participação de todos os agentes económicos, empresas, famílias e o Estado, afirmam os autores, não se fará justiça à qualificação escolar das raparigas.

A obra é, de facto, uma contribuição importante para a problemática da escolarização feminina, sua concretização em termos estatísticos, procurando produzir uma interrogação prospectiva, sociologicamente enquadrada acerca dos seus possíveis efeitos a longo termo. A análise estatística escolar da sociedade francesa e a comparação com dados provenientes de outras realidades nacionais servem de base para a análise e argumentação que se desenvolve em *Allez les Filles!* Percebe-se que os autores nesta obra pretendem contrabalançar a ênfase estruturalista com que elaboraram algumas das obras anteriores, focando agora a «energia escolar das raparigas» e o facto de serem «actoras» no processo histórico-social da sua progressiva escolarização. Embora este novo foco apareça como atraente, deixa-nos

do ponto de vista sociológico sem muito mais densidade para a compreensão do que se deve entender do ponto de vista sociológico por «energia escolar». Um outro ponto que gostaríamos de levantar sobre a obra tem a ver com o facto de não se problematizar a cultura escolar, antes se assumindo que ela pode constituir uma cultura para ambos os sexos – quando algumas contribuições recen-

tes vêm cada vez chamando mais a atenção para a necessidade de se rever a escola coeducativa como uma escola em que se privilegia uma «cultura masculina», com consequências para o futuro pessoal e profissional de raparigas e rapazes.

HELENA C. ARAÚJO e CRISTINA ROCHA

A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (séculos XIX-XX)
António Nóvoa (dir.), Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, 1993

Sob a direcção de António Nóvoa e o patrocínio do Instituto de Inovação Educacional (IIE), publicou-se, em finais de 1993, o Repertório Analítico da Imprensa de Educação e Ensino, para os séculos XIX-XX. É uma obra monumental, constituída fundamentalmente por uma introdução e 530 fichas de análise que descrevem as principais características, objectivo e conteúdo «de outros tantos periódicos» (p. XV). Com mais de 1000 páginas, este trabalho colectivo que contou com a colaboração, de Pierre Caspard e Maurits De Vroede, na qualidade de consultores internacionais e que haviam elaborado respectivamente para França e Bélgica trabalhos similares, vem preencher uma lacuna «estrutural» no conhecimento e acesso a uma fonte básica para a História da Educação – a imprensa de educação e ensino – e constitui a «trave-mestra de uma trilogia» de publicações que inclui ainda um *Catálogo* e um *Album ilustrado*.

Organizado a partir de uma leitura alargada das problemáticas educativas, em conso-

nância com as tendências renovadas da investigação em educação, o campo de publicações abrangidas não se circunscreve por consequência à imprensa pedagógica, abrindo «a pesquisa à educação não-formal, nomeadamente no contexto da educação de adultos, da educação familiar, da educação da mulher, dos movimentos de juventude, dos jornais e revistas infantis, da educação física e desportos, da higiene e saúde escolar e da assistência e protecção a menores» (pp. XV-XVI), para o período compreendido entre 1818 e a actualidade. Fazem parte deste Repertório todos os jornais e revistas, publicados em Portugal, que «reservem pelo menos 25% do espaço para o tratamento explícito de questões educativas, escolares ou pedagógicas» (p. XVI). Um critério que não impediu a análise de certas revistas que apesar de regularmente não atingirem aquela média, a qualidade dos seus artigos sugere um tratamento de excepção. Com efeito, no intento de «construir um corpus tanto quanto possível homogéneo da imprensa de